

EPISTEMOLOGIA DA DOCUMENTAÇÃO: PROVOCAÇÕES NECESSÁRIAS

Aline Elis Arboit

Doutoranda em Ciência da Informação
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: alinearboit@marilia.unesp.br

Resumo: Descreve e analisa o conteúdo do livro “Epistemología de la documentación”, de autoria do professor espanhol Antonio García Gutiérrez. Trata-se de um estudo crítico que propõe a revisão das posturas epistemológicas dominantes sendo adotadas na teoria e na prática das atividades relacionadas à organização do conhecimento, a partir de um posicionamento ético voltado para proteção do pluralismo lógico e cultural.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Epistemologia. Posepistemologia. Pluralismo Cultural.



Resenha do livro:

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011.

Antonio García Gutiérrez é professor catedático da Universidade de Sevilha, atuou como diretor do Departamento de Jornalismo nesta universidade, consultor da Unesco e avaliador de projetos científicos na União Européia. Tem escrito diversas obras sobre Organização do Conhecimento e áreas afins. Seus trabalhos são conhecidos por demonstrar alta capacidade crítica e exercício da transdisciplinaridade pois, ao mesmo tempo em que procura refletir sobre área de OC, aborda de forma dialógica temas como memória, cultura, identidade, linguagem, conhecimento e tecnologia.

A obra em questão “Epistemología de la documentación”, convida o leitor a pensar criticamente o processo de consolidação das posições epistemológicas adotadas pelo campo da Documentação, incluindo os campos de Biblioteconomia, de Arquivística, de Museologia, da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento.

Com base em um amplo referencial teórico composto majoritariamente por pensadores da Filosofia e da Sociologia, identifica de modo preciso e fundamentado as opções teóricas, metodológicas e práticas que vêm sendo adotadas pelas áreas citadas. Constata que tais opções se respaldam principalmente na lógica clássica (com destaque para o princípio de não contradição), no universalismo e em modelos tecnicistas, todos permeados por reduções de raiz positivista e neopositivista, incluso o “novo” e sedutor mundo da digitalidade. A área de Documentação, com efeito, atendendo obedientemente a tais preceitos, sempre trabalhou a favor das ideologias dominantes uma vez que insiste em adotar um modo de atuação excessivamente técnico e apolítico. Essa postura, de acordo com o autor, é sustentada a partir do discurso da “neutralidade” científica e do conhecimento.

A carência de um posicionamento ético sensível às necessidades de conhecimento das mais diversas vozes sociais, a partir de uma atuação que respeite a diversidade e o pluralismo lógico e cultural, justifica o estado de inércia em que a área se encontra. Tal estado, conforme o autor, fica evidenciado pelo escasso desenvolvimento dos métodos, das técnicas e das ferramentas existentes para organizar o conhecimento em toda sua pluralidade. Para ele, isso se deve à incorporação massiva e acrítica de artefatos oriundos das novas tecnologias de informação e à crença na qual a mera aplicação dessas tecnologias resolveria todos os problemas de produção, organização e acesso ao conhecimento.

O próprio autor deixa claro no texto que o título “Epistemología de la documentación” se trata mais de uma provocação do que a representação do conteúdo da obra, pois o

que ele mais questiona, com tamanha maestria e clareza, são as posições epistemológicas acolhidas, cultivadas e defendidas como se fossem únicas e definitivas pelos pesquisadores mais tradicionalistas da Documentação, sobretudo na Espanha. Por outro lado, o conteúdo do livro não se prende somente ao processo desconstrutivo mencionado mas, é a partir da desconstrução que o autor propõe alternativas de cunho pós-epistemológico na tentativa de buscar um horizonte mais amplo e um indicar possível norte para uma área desconstruída frente a imposição de mundo digital e transcultural. Orientado pela busca de soluções que visem uma pragmática contextual, o autor apresenta as seguintes propostas: a adoção de uma teoria de conceitos abertos e inacabados, a prática bem fundamentada da desclassificação e a aplicação dessas concepções nos processos de organização da memória registrada, inclusive a digital, que parece mais preocupar os profissionais da área atualmente.

A teoria aberta de conceitos busca aporte na concepção relacionada aos vários sentidos que um conceito pode ter. Isso decorre da influência dos diversos contextos sociais, culturais, históricos e locais exercem na formulação, uso e transformação dos conceitos. Assim, considera o autor que, no mundo da vida o conceito quase sempre não é e nem pode ser unívoco e tampouco é capaz de absorver e petrificar a dinâmica da realidade, uma vez que a conceitualização não ultrapassa as barreiras de uma representação construída a partir de uma realidade percebida pelo olhar humano. A realidade em si, segundo o autor, pode somente ser vivida ou sentida, nunca conceitualizada ou pensada tal qual ela é.

Contudo, se a área de Organização do Conhecimento ou qualquer área do saber pretende que seus conceitos e representações se aproximem o máximo possível da realidade, não deve insistir na aplicação sem restrições do princípio da univocidade a todos os conceitos como costuma fazer. Afinal, os “[...] conceptos que han de expresar com más fidelidad el mundo son instancias versátiles, elásticas, indomables” (GARCIA GUTIÉRREZ, 2011, p. 131). Diante disso, não se pode mais

ignorar as contradições e as polissemias presentes na linguagem, nos conceitos, no processo de construção do conhecimento porque todos são e devem ser considerados reflexo do pluralismo cultural e do dinamismo que inexoravelmente fazem parte da vida em sociedade.

A porosidade como característica inerente ao conceito, afirma o autor, é outro aspecto determinante para o sentido e o uso que se faz dos conceitos. Isto é, como os conceitos são permeáveis, podem e são utilizados para representar e validar um regime dominante, do mesmo modo, que também podem e são readaptados e transvalorizados por um novo poder ocupante (2011, p. 113). Logo, a escolha de um conceito como categoria para representar um documento, ou de um determinado sistema de conceitos (ou classificação), por exemplo, trata-se de um ato ideológico (não neutro), pois se assume uma posição mesmo que não se tenha plena clareza disso, como também se espera que tal representação dialogue com e influencie as pessoas. Para o autor, é importante destacar que os conceitos e suas representações (metaconceitos) são indissociáveis da consciência subjetiva, entendendo que a subjetividade também é construída coletiva e historicamente, ou seja, a consciência é resultado da inserção do indivíduo na sociedade.

A rigidez das categorias e das hierarquias também são alvos da crítica do autor. Para ele, um conceito pode ser tanto geral quanto particular porque tais atributos são determinado sempre a partir de uma referência. Os conceitos não expressam nada por eles mesmos, somente quando ocupam uma posição em uma estrutura específica. As categorias e suas estruturas, com efeito, não podem ser absolutas e nem permanentes, caso contrário estarão sempre orientadas para si mesmas e não para atender e acompanhar a variabilidade das necessidades sociais.

O autor considera as categorias necessárias para pensar o mundo, por esse motivo, defende que elas devam ser flexíveis e readaptáveis e, com efeito, orientadas para dinâmica do mundo da vida. Para tanto, é também necessário a prática de uma revisão constante e inacabada, uma vigilância ética que ao mesmo tempo

respeite a pluralidade e busque o consenso entre posições diversas, sem suplantar nem o passado a favor do presente e vice-versa, nenhum espaço ou grupo social. Tal prática sugerida pelo autor se trata da desclassificação.

Desclassificar é negar o que já está classificado, é não aceitar passivamente uma visão de mundo com última e única. Não se trata, obviamente, de negar pelo simples fato de negar, é uma negação baseada na análise crítica do mundo em que se vive, na observação das mudanças, dos conflitos, dos acordos e do pluralismo social. Para se acompanhar o mundo da vida, um contínuo processo de reclassificação se faz necessário. Não se reclassifica, sem modificar uma classificação já posta, ou sem desclassificá-la. Entretanto, as novas classificações, postula o autor, também devem ser sempre sistemas abertos e inacabados, uma vez que a prática da desclassificação se fundamenta no regime de verdades provisórias. Ou melhor, o autor concebe que uma verdade é construída coletivamente, em um contexto espaço-temporal específico.

Diferente da concepção tradicional de classificação, a desclassificação deve ocorrer com base na consciência democrática e na racionalidade crítica impedindo o estabelecimento de privilégios, exclusões ou marginalizações, mesmo que racionalmente ou cientificamente construídos. Logo, sua orientação não será neutra e, assim como todo o discurso, é fruto de um ato político voltado para defesa do cosmopolitismo, da igualdade discursiva, da emancipação e do consenso que não aniquile o dissenso.

Como argumentos que justificam a desclassificação, o autor resgata da Filosofia concepções de razão dialética, razão ética e política, razão imperfeita, razão contrafáctica, razão quântica, razão falibilista e razão paraconsistente. Também sugere a adoção da paraontologia para organizar o conhecimento a partir da concepção de que uma instância conceitual não é somente , mas é também. Ou seja, afirma o autor, tudo pode ser sempre outra coisa (2011, p. 279), tudo depende do alcance do olhar.

O último capítulo do livro se dedica a aplicação da

desclassificação na organização do conhecimento digitalmente registrado. Para tanto, o autor propõe o estabelecimento de dois operadores que se complementam mutuamente: o operador complexo, que trabalha para garantir de modo igualitário a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e o operador transcultural que, por sua vez, decide e executa democraticamente a partir de um consenso ampliável, obrigatoriamente e periodicamente revisado, uma síntese transcultural baseada no levantamento realizado pelo operador complexo. O operador transcultural, conforme o autor, é o antídoto para o relativismo, do qual poderia ser acusado o operador complexo. O operador complexo, por outro lado, o representaria o equilíbrio democrático e hermenêutico no qual o operador transcultural busca respaldo.

Em relação à tecnologia digital, devido seu caráter binarista (apesar de todo o discurso de inovação) alerta o autor sobre os perigos que ela representa ao impor modos únicos de pensar. Assim, sugere que a tecnologia digital deveria ser reinventada e reapropriada a partir do pluralismo lógico e usos culturais decorrente de necessidades de organização do conhecimento e da memória registrada e não ao contrário, como tem ocorrido. Antes de ser pensada de modo globalizante, a tecnologia precisa ser vista a partir de concepções etnológicas, participativas, diacrônicas, autonarrativas, críticas e autocríticas, como também a partir de posições específicas vinculadas os contextos aos quais pretende atender.

O leitura do livro é indicada para estudantes, pesquisadores e profissionais da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Museologia, da Ciência da Informação que desejem ampliar seu conhecimento e refletir do modo profundo e crítico sobre aspectos teóricos e práticos da Organização do Conhecimento.

Abstract: Book review about "Epistemology de la documentación", authored by Spanish Professor Antonio García Gutiérrez. This is a critical study that proposes to revise the dominant epistemological postures being adopted in the theory and practice of organizing knowledge related activities, from an ethical stance toward protecting the logical and cultural pluralism.

Keywords: Knowledge Organization. Epistemology. Posepistemologia. Cultural Pluralism.

Originals recebidos em: 17/02/2014

Aceito para publicação em: 12/03/2014

Publicado em: 21/03/2014